

SIM

## A campanha do desarmamento pode Uma opção pela vida

**Celso Carmelo Gomes de Moraes**

Advogado, Conselheiro da OAB/Santa Maria

No mês de outubro de 2005 os brasileiros serão chamados a opinar, através de um referendo, sobre a proibição definitiva do comércio de armas de fogo no país. Essa consulta reveste-se de inegável importância histórica e política. Será a primeira vez, após a Constituição de 88, que esse mecanismo de afirmação da soberania popular é utilizado no País. Além de contribuir para a consolidação de nossa jovem democracia, obrigará a sociedade a refletir sobre uma questão cujo enfrentamento não permite mais protelações: a tragédia diária provocada pela banalização do uso de armas de fogo no país.

Se vencer o “sim”, o uso de armas de

fogo será proibido ao cidadão comum. Do contrário, prevalecendo o “não”, as regras atuais serão mantidas. A maioria simples dos eleitores definirá o rumo da questão. Iniciado o debate, não há posição intermediária possível. Ou se defende a manutenção do atual sistema ou se advoga a abolição do uso de armas de fogo.

É certo que muitas vezes a posse de uma arma poderia ser justificada por imposições do meio. Possivelmente, os habitantes dos rincões isolados do nosso interior se sentiriam mais seguros se a possuíssem. Para o cidadão urbano, entretanto, a posse de uma arma se reveste, de ordinário, de um conteúdo simbólico. A arma como um símbolo de

poder. Poder de impor e/ou repelir uma vontade. O problema dessa relação simbólica é quando ela se desloca do terreno do imaginário para a crueza da realidade dos efeitos do seu uso. O quadro que se desenha, quando a arma de fogo é o pincel, é o da dor, sofrimento e morte.

Os armamentistas costumam utilizar de modo recorrente o argumento da auto-defesa como justificativa para a manutenção do direito ao uso de armas de fogo. Esse argumento, entretanto, de cunho marcadamente individualista, ainda que amparado por nosso sistema jurídico, não sobrevive ao confronto com as razões de ordem coletiva que sustentam a opção pelo desarmamento.

A questão transcende os estreitos limites da esfera individual para assumir contornos coletivos na medida em que a utilização de armas de fogo passou a ser entre nós um problema não só de **segurança pública**, mas, e possivelmente de modo mais contundente, de **saúde pública**.

A representação da UNESCO no país, mencionando dados contidos no estudo denominado “Mortes Matadas por armas de fogo no Brasil - 1979 - 2003”, para nossa vergonha, registra que nesse período ficamos atrás apenas da Guerra Civil de Angola, que teria causado a perda de 550 mil vidas ao longo de 27 anos de conflito, e da Guerra Civil da Guatemala, que, entre 1970 e 1994, teria causado 400 mil vítimas. Morreram, a tiros, em média, 32.555 brasileiros por ano, a maioria composta de jovens.

AAACD (Associação de Assistência à Criança Deficiente), entidade assistencial mantenedora de diversos centros de reabilitação espalhados pelo país, inclusive em nosso Estado, promoveu em 2004 um levantamento sobre a origem das lesões na medula de 358 pacientes paraplégicos ou tetraplégicos. A conclusão foi de que 40,8% delas foram causadas por armas de fogo,

enquanto que os acidentes de trânsito foram responsáveis por 18,8% das lesões que levaram à paralisia. Detalhe importante, no grupo de pacientes com idade entre 12 e 18 anos, as lesões medulares provocadas por armas de fogo atingiram 61% dos casos.

A pesquisadora Luciana Phebo, ligada à ONG ISER, em pesquisa baseada em dados oficiais do Ministério da Saúde, afirma que “*não existe bactéria, vírus ou veículo a motor que mate mais os adolescentes no Brasil do que o projétil da arma de fogo*”, mencionando que na faixa de 15 a 19 anos dos que morreram em 2002, 39,1% foram vitimados por esse meio, sendo que em nove capitais brasileiras essa proporção chega a ultrapassar a metade dos óbitos.

Se o valor que atribuímos à vida em si não é suficiente para afirmar a urgência da proibição da armas de fogo, a dimensão econômica dessa tragédia também é quantificável. Essa mesma pesquisadora estima, em valores de 2002, que o custo total das internações hospitalares, sem contabilizar os atendimentos em setores de emergência e ambulatórios, estaria próximo dos 39 milhões de dólares anuais!

Poderão argumentar os armamentistas que não são somente as armas de fogo que matam. É certo. A capacidade humana de (se) destruir e construir engenhos nesse sentido é infinita. Mas, elegendo a esperança na capacidade de redenção do gênero humano, que nos fez evoluir da barbárie até aqui, é possível melhorar esse quadro.

O avanço do processo civilizatório passa necessariamente pela eliminação ou atenuação dos meios que conduzem à violência. Negar que a campanha pelo desarmamento e, mais além, a vitória do sim no referendo, venha a contribuir para a sua diminuição, é negar o óbvio. Diante disso, a opção do desarmamento passa a ser uma opção pela vida.

**“O avanço do processo civilizatório passa pela atenuação dos meios que conduzem à violência”**

